

O que há de impessoal em arquivos pessoais: considerações a partir de uma experiência de pesquisa na França.

Rafael Faraco Benthien¹

Resumo: As pesquisas que lidam com materiais provenientes de arquivos pessoais em suas séries documentais invariavelmente têm de se ater aos efeitos das ações dos inúmeros atores que contribuíra para a criação e para a conservação dos arquivos trabalhados. Partindo da experiência de seu autor, o presente artigo busca sistematizar questões pertinentes para tornar o próprio arquivo pessoal objeto de reflexão. Tendo isso em vista, ele dá ênfase a alguns *topoi*: as histórias dos arquivos pessoais, os nexos institucionais que sustentam um sistema arquivístico e, por fim, os nexos passíveis de serem estabelecidos entre diversos arquivos.

Palavras-chave: arquivos pessoais, história intelectual, França.

Abstract: Researches that analyse material from personal files invariably have to stick to the effects of actions of many actors who contributed to the creation and conservation of the worked files. Starting from the experience of its author, this paper seeks to systematize a number of pertinent questions in order to make the personal file an object of reflection itself. It emphasizes some *topoi*: the history of personal files, the institutional connections that maintain an archival system and, last but not least, the connections between this kind of archives.

Key-words: personal files, intellectual history, France.

What is impersonal in personal files: notes from a research experience in France

¹ Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (Dehis-UFPR). A primeira versão desse texto foi apresentada em 2012 na Primeira Jornada Arquivos Pessoais e Memória, organizada pelo Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da Universidade de São Paulo (CAPH-USP). Deixo aqui registrado meu agradecimento aos organizadores e ao público do evento, bem como à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a qual financiava então minhas pesquisas. Contato: rfbenthien@hotmail.com

Para Helenice

O que há de impessoal em arquivos pessoais? A brincadeira com o título esconde uma provocação. Com efeito, parece-me que, na utilização dessa modalidade de arquivos, os cientistas sociais – historiadores, sociólogos, antropólogos e afins – devem se sentir compelidos a ir além da análise dos vestígios materiais de um indivíduo e de seu esforço, mais ou menos consciente conforme o caso, de se fazer representar por meio desses vestígios. Aliás, mesmo que a questão fosse assim tão simples, ela já suscitaria, por si só, uma série de problemas. Seria salutar saber, por exemplo, porque a pessoa em questão preservou o que foi preservado, o que é uma maneira de perguntar se nada, nesse processo, foi silenciado. Além disso, não há nada de natural na organização interna de um arquivo pessoal, o que reclama um exame das formas de classificação em jogo ao longo de sua montagem.

A questão, no entanto, é consideravelmente mais complexa, uma vez que a transformação de um arquivo pessoal em objeto de pesquisa jamais depende apenas da vontade de quem constituiu o arquivo. De fato, mesmo quando existe um desejo formalmente expresso nessa direção, outros atores sociais têm de entrar em cena para cumpri-lo, o que nem sempre acontece ou acontece até certo ponto. E ademais, esses atores outros, sejam eles familiares, colaboradores, discípulos ou instituições, possuem anseios próprios, muitas vezes conflitantes entre si, fato que pode levar um arquivo a ser, com o tempo, reordenado, dividido ou mesmo ampliado em termos de volume documental. É, enfim, todo esse entrelaçamento de interesses díspares, incluindo o da própria pessoa que empresta a um arquivo seu nome e seus resquícios, que se discute aqui sob a etiqueta “impessoal”.

Para quem trabalha com essa modalidade de arquivo, levar em conta sua dimensão impessoal implica tomar o próprio arquivo como objeto de estudo relativamente autônomo, digno de um tratamento diferenciado. Tal postura, para além dos resultados específicos que pode gerar, apresenta ao menos uma vantagem analítica de ordem preventiva: ela permite ao pesquisador criar instrumentos para que ele mesmo possa operar, ainda que de modo precário e parcial, uma autocrítica. Explico-me. O fato é que o trato com os vestígios materiais da vida de um indivíduo implica, em geral, o contato com demandas identitárias e/ou de memória com as quais o próprio pesquisador tem grande chance de possuir algum vínculo afetivo. Tudo se passa como se, parodiando Max Weber, os traços de um indivíduo guardassem algo de um carisma socialmente produzido e realimentado. Sendo esse carisma, por definição,

envolvente e sedutor, o pesquisador precisa buscar amenizar seus efeitos, forçando o estabelecimento de estranhamentos. Nada melhor, nesse caso, que atentar justamente para os processos de rotinização desse carisma.

Para que a discussão não gire em torno de fórmulas escolásticas, descoladas de um trabalho empírico, apresentarei aqui certas dificuldades que enfrento desde que comecei, em meu doutorado, a explorar arquivos de professores e pesquisadores franceses (BENTHIEN, 2011). Buscarei ainda, partindo dessas dificuldades, propor questões e sugerir encaminhamentos de pesquisa. Advirto meus leitores, contudo, do caráter intuitivo e improvisado dessas proposições. Não sou um especialista em arquivos e o que faço aqui é somente a primeira tentativa de explicitar inquietações, sobretudo aquelas de ordem metodológica.

A pesquisa e seus arquivos

Começamos com uma rápida descrição de minhas pesquisas recentes e dos arquivos que fui levado a frequentar. Em meu doutorado, iniciado em meados de 2006, propus-me a investigar as relações entre helenistas, latinistas e sociólogos ao longo da Terceira República Francesa. O período em questão, que se estende de 1870 a 1940, é particularmente estratégico porque fora nele que a sociologia se transformou em disciplina universitária, passando a figurar no *hall* de matérias oferecidas nas Faculdades de Letras. Ocorre que nessas Faculdades, em função das particularidades do sistema educacional francês, helenistas e latinistas existiam então em grande número, possuindo um peso institucional considerável. Além disso, o grego e o latim constituíam uma base de conhecimentos comum, inculcada desde o secundário a todos os futuros interessados nos estudos filosóficos e literários, de onde saíram os primeiros sociólogos. Tendo em vista tal cenário, procurei recuperar tensões e colaborações ocorridas entre os portadores de uma ciência nova e em vias de institucionalização, os sociólogos, e aqueles que representavam saberes prestigiados e já bem acomodados na universidade, os classicistas. Mais do que apenas discutir uma interdisciplinaridade episódica, a ideia era também checar se e como esse ângulo de abordagem, o de uma história cruzada das disciplinas universitárias, poderia iluminar algo novo acerca de cada um dos campos de conhecimento evocados. Nos últimos anos, procuro expandir essa reflexão relacionando, agora, sociólogos e outros novatos na universidade

francesa da segunda metade do século XIX, os arqueólogos. As questões de fundo e de método continuam, porém, as mesmas.

Para desenvolver tais temas, os arquivos pessoais não foram um ponto de partida, mas algo a que recorri ao longo da pesquisa. A proposta original do trabalho era manter a análise restrita aos circuitos de ideias e de pessoas entre revistas universitárias especializadas. Assim, fui aos poucos explorando a história, a morfologia e o conteúdo tanto das publicações especializadas nos estudos greco-latinos quanto daquelas dedicadas à sociologia. Eram duas as questões que me interessavam. Em primeiro lugar, eu desejava saber se e quais sociólogos haviam publicado nas revistas dos helenistas e dos latinistas, e vice-versa. Além disso, em segundo lugar, parecia-me igualmente importante delimitar se e como a sociologia havia sido percebida entre classicistas, bem como os estudos greco-latinos entre os sociólogos. Foi apenas quando certos nomes se destacaram nessa etapa do trabalho que a possibilidade de recorrer a arquivos pessoais me ocorreu. De fato, as informações disponíveis sobre a obra e a trajetória de muitos dos indivíduos que me interessam eram insuficientes para explicar suas modalidades de investimentos na confluência dos terrenos disciplinares em questão. Um trabalho a partir das correspondências dessas pessoas, das notas que elas deixaram, nos livros e separatas, pertencentes a suas bibliotecas, ou então dos esboços dos cursos que elas ofertavam poderia, *a priori*, ajudar a completar essas lacunas.

Mas onde procurar esses documentos, sobretudo quando se está em um país cuja língua não se maneja como um nativo e quando se sabe pouco das políticas e das instituições relacionadas a arquivos? Um pouco ao sabor das circunstâncias – uma colega que eu conhecera havia trabalhado lá –, a primeira instituição que visitei, em meados de 2008, foi o *Collège de France*, o qual guarda, em sua sede parisiense, dossiês administrativos de seus antigos professores. Não se trata aqui, portanto, de arquivos pessoais, mas institucionais. Ainda assim, por motivos difíceis de serem explicados e que variam caso a caso, correspondências, manuscritos de conferências, recortes de jornais, entre outros, coexistem aí com cartas oficiais, currículos e holerites². Descobri ainda, nessa primeira incursão, que os documentos pessoais originalmente depositados no *Collège* haviam sido cedidos, por falta de espaço, de pessoal e de recursos, a uma empresa de capital misto, público-privado, o *Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine* (IMEC), o qual, além de tratar os arquivos,

²Mais informações sobre o catálogo e o trabalho em arquivos no Collège de France pode ser encontrada em <http://www.college-de-france.fr/site/bibliotheques-archives/> (consultado em 30/01/2014).

eventualmente publicando fragmentos deles, explora-os comercialmente, oferecendo espaço de trabalho e alojamento aos pesquisadores em troca do pagamento de taxas (diárias)³. Foi nesse local, logo na sequência, que pude trabalhar pela primeira vez, de fato, com os arquivos pessoais de alguns pesquisadores diretamente envolvidos com a sociologia durkheimiana, os de Marcel Mauss, de Antoine Meillet e de Henri Hubert, o qual não havia sido professor do *Collège de France*, mas teve parte de sua correspondência atrelada ao fundo Mauss. O fato é que as condições de trabalho eram excepcionais, uma vez que praticamente tudo estava inventariado, bastando requisitar a cota do documento necessário à pesquisa.

Na sequência, entre o final de 2008 e o início de 2010, tive a sorte de tomar conhecimento tanto da existência de outro arquivo relacionado a Henri Hubert como de um arquivo contendo as correspondências de outro indivíduo importante para a pesquisa, Salomon Reinach. No primeiro caso, o restante da documentação relacionada a Hubert foi localizado no *Musée d'Archéologie Nationale* em Saint-Germain-en-Laye⁴. Deparei-me aí como uma sala consideravelmente grande, com cerca de sete metros quadrados, onde estavam guardados, ainda nas caixas originais e sem qualquer tratamento por parte dos funcionários do Museu, parte de sua correspondência e uma grande quantidade de seus materiais de trabalho (aulas, conferências, fichamentos de livros, manuscritos de artigos publicados, etc.). Trata-se de um pequeno tesouro que não deixei de explorar desde então. Já no tocante às correspondências de Salomon Reinach, elas haviam sido doadas pela família do autor à *Bibliothèque Méjanes*, em Aix-en-Provence, no sul da França⁵. Uma curiosidade: no ato de doação, fora sido estabelecido que os documentos só teriam os lacres violados e estariam à disposição dos pesquisadores no ano 2000, quando certamente nenhum dos correspondentes estaria vivo. De lá para cá, uma equipe da Universidade de Lyon organizou as correspondências levando em conta os diferentes remetentes e, em cada caso, procurando organizar as cartas em ordem cronológica. Nada desse inventário estava ainda disponível no site da biblioteca até 2011 e se eu cheguei até ele antes foi por sugestão de uma amiga que conhecia alguém dessa equipe de Lyon e teve, assim, acesso a uma lista prévia de

³ Veja-se <http://www.imec-archives.com/l-abbaye-d-ardenne/> (consultado em 30/01/2014).

⁴ Veja-se, para mais informações, <http://www.musee-archeologienationale.fr/> (visita em 30/01/2014).

⁵ Mais informações sobre a instituição podem ser encontradas aqui: <http://www.citedulivre-aix.com/citedulivre/spip.php?article94> (visita em 30/01/2014).

correspondentes. Para minha sorte, constavam na lista nomes absolutamente centrais para mim, tais como os de Durkheim, Mauss e Hubert⁶.

Por fim, minha mais recente experiência se deu em 2012, quando visitei em Roanne, pequena cidade industrial no centro da França, os arquivos pessoais do arqueólogo Joseph Déchelette, depositados no museu de arqueologia local⁷. Estava lá conservada, ao lado da biblioteca completa do autor e de seus materiais de trabalho (agenda, caderno de notas, etc.), toda sua correspondência, passiva e ativa. O que me encorajou a ir buscar essas informações eram os eventuais registros ali disponíveis das relações entre ele, Déchelette, e Hubert, em especial os livros e separatas que este enviou àquele, bem como as cartas trocadas entre ambos, cujos traços eu não havia encontrado em outro lugar.

Pois bem, uma vez esclarecido o escopo da pesquisa e os arquivos frequentados, apresentarei, na forma de tópicos, e à luz dessa experiência, questões e encaminhamentos de análise que me parecem importantes.

Primeiro ponto: os arquivos pessoais têm uma história que é importante conhecer.

Que os arquivos pessoais possuam uma história, nada soa mais evidente. Houve, porém, da minha parte, grande dificuldade em reunir dados que me permitissem desenvolver uma reflexão nessa direção. É como se existisse uma forte inclinação à naturalização de um acervo, a percebê-lo unicamente através de seu estado atual. Mas como a documentação foi acumulada ao longo da vida de um indivíduo? Como ela veio parar onde se encontra hoje? Desde quando está acessível aos pesquisadores? E, por fim, que mudanças de ordem e de volume documental ela sofreu com o tempo?

O caso dos arquivos Hubert é interessante para apresentar a relevância desse ponto. Proponho aqui, para poder controlar melhor as informações, um breve perfil do personagem: nascido em 1872 no seio de uma família católica e abastada de comerciantes parisienses, ele esteve entre os primeiros universitários franceses a aderir ao projeto de uma sociológica científica encabeçado por Durkheim. Hubert dispunha, tal qual muitos dos primeiros sociólogos, de uma formação e de certificados de elite, tendo sido aluno da *École Normale*

⁶ Meu trabalho com esse fundo de arquivos culminou com a publicação de parte do material lá depositado, a saber, as cartas de Durkheim a Reinach. Veja-se, para tanto, BENTHIEN, 2010 e, para uma tradução portuguesa dessas cartas, WEISS; BENTHIEN, 2012.

⁷ Veja-se o site do Musée de Beaux-Arts et d'Archéologie Joseph Déchelette, onde estão depositados os arquivos: <http://www.roanne.fr/115-musee-joseph-dechelette-informations-pratiques.htm> (visita em 30/01/2014).

Supérieure, da qual saiu *agrégé de histoire*, em 1895. Após alguns anos de especialização na *École Pratique des Hautes Études*, onde se voltou ao estudo da filologia, da epigrafia e das religiões do médio-orient, ele obteve em 1898 um posto de conservador no *Musée d'Antiquité Nationales*, e também, em 1901, uma cadeira na própria *École Pratique*, voltada ao estudo das religiões ditas “primitivas” da Europa. Ao lado desses postos, Hubert acumulou em 1906 aulas de “arqueologia nacional” na *École du Louvre*, bem como, durante a Primeira Guerra Mundial, atuou como funcionário mobilizado do governo tanto no Ministério da Guerra, onde trabalhou nos setores de inteligência e de diplomacia, como no Ministério da Instrução Pública, repertoriando os acervos dos museus franceses após a assinatura do armistício. Não se pode exagerar sua importância tanto para a sociologia como para os estudos sobre a pré- e a proto-história da Europa. Entre os sociólogos, ele era tido por Durkheim como “alguém da família” e considerado por Mauss como seu “irmão siamês”. Já entre os arqueólogos, helenistas e latinistas, Hubert tornou-se especialmente conhecido por seus trabalhos acerca das crenças e da história dos povos celtas, bem como por seu trabalho sobre a magia no Mediterrâneo Antigo. Ele ainda teve um papel destacado, embora amargando um sucesso apenas parcial, na comissão criada em 1910 para elaborar a primeira lei francesa dirigida, especificamente, ao patrimônio arqueológico.

Ocorre apenas, e esse é um dado que faz aqui toda diferença, que Hubert veio a falecer subitamente e cedo, com apenas 55 anos de idade, em 1927. As circunstâncias foram particularmente penosas. Sabe-se, por meio de necrológios publicados e de correspondências, que ele possuía uma saúde frágil, tendo uma vida profissional marcada por interrupções constantes. Sabe-se ainda que sua esposa, uma alemã que ele conhecera, não por acaso, em um sanatório suíço pouco antes da Primeira Guerra, apresentava igualmente um quadro de saúde instável. O fato é que, durante o parto do segundo filho de Hubert, em 1924, sua esposa veio a falecer e ele se viu só, com as duas crianças. Ele veio a sucumbir três anos mais tarde, vítima de um ataque cardíaco fulminante. As crianças passaram então à guarda de um primo de Hubert, também professor universitário, o historiador da arte Paul Vitry, e o essencial de seus papéis foi preservado, ainda que sua biblioteca tenha sido dissipada e que uma famosa coleção de arte oriental possuída pelo autor tenha sido vendida.

A família manteve todos os papéis de Hubert consigo até o início da década de 1980, quando finalmente eles foram doados a duas instituições: o *Collège de France*, que recebeu as correspondências de Hubert com os não-arqueólogos para ser incorporada ao fundo Mauss, e

o *Musée des Antiquités Nationales*, que recebeu um lote maior, comportando correspondências arqueológicas, seus cursos, trabalhos escolares, manuscritos de textos publicados e/ou planejados, etc. Daí uma primeira questão: por que essa divisão? A resposta está, sem dúvida, na família. Além de Paul Vitry conhecer bem o trabalho de seu primo e o universo de suas relações, o filho caçula de Hubert, Gérard, seguiu também a carreira de conservador de museus, especializando-se no mobiliário do período revolucionário francês. De comum acordo com o irmão mais velho e a partir do que imaginava serem os focos de interesse de seu pai, foi Gérard quem operou a triagem na documentação. Na carta de doação dos arquivos conservada no *Musées des Antiquités Nationales*, lê-se ainda que o caçula de Hubert autorizava o diretor do museu na época a destruir todo e qualquer material que este julgasse inapropriado, o que parece não ter ocorrido. Eu soube ainda, entrevistando um dos filhos de Gérard, Étienne Hubert, o qual é arqueólogo-medievalista e professor na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, que a família ainda ficou com parte dos arquivos. Segundo o neto Hubert, tal parte consistiria basicamente em fotos e correspondência, a maioria com mulheres.

Esclarecida essa parte da história, uma segunda questão se impõe, qual seja: durante a vida de Hubert e entre as décadas de 1920 e 1980, quando seus arquivos pessoais ainda estavam nas mãos da família, o que teria mudado na composição e na organização de seus papéis? O interessante, nesse caso, é que temos elementos para responder essa questão e, de quebra, reconstituir parte das mudanças. Por certo, um primeiro procedimento nesse sentido é cruzar a trajetória do autor com a organização dos papéis e ver se ela segue um padrão e se é possível datar esses papéis em função do que se sabe de sua trajetória. No caso específico de Hubert, porém, outros documentos se apresentam. O primeiro é do próprio punho do autor e foi escrito em 1915, quando ele estava prestes a ser convocado para o front na Primeira Guerra Mundial. Hubert então escreveu uma espécie de testamento, com o qual ele visava se representar aos amigos e ao primeiro filho. Esse texto, publicado em 1979 em um dossiê voltado à história da escola sociológica francesa da *Revue Française de Sociologie*, foi disponibilizado para a publicação pela própria família e provinha dos arquivos do autor (HUBERT, 1979). Além de resumir sua produção, Hubert comenta aí como ele havia organizado seu escritório para que, no caso de sua morte em combate, diferentes aspectos de sua produção pudessem ser encontrados. Mas por que essas informações são importantes? Ora, por dois motivos: em primeiro lugar, porque funcionam como fotografias do que era, na

cabeça do autor, sua produção e de como essa produção estava disposta em seu escritório; em segundo lugar, porque nem tudo o que está descrito ali aparece preservado nos arquivos que conhecemos. Daí a questão: teria esse material se perdido ou trata-se simplesmente de algum rearranjo?

Os outros documentos importantes são os prefácios dos três livros póstumos que os amigos e alunos de Hubert publicaram (HUBERT, 2001, p. 07-12). Nós sabemos, graças a esses testemunhos, que o autor havia assinado um contrato com uma editora para a publicação de dois volumes sobre os celtas e um sobre os povos germânicos, sem que ele tenha tido tempo de concluí-los. Em 1927, apenas um dos manuscritos estava quase terminado, enquanto os outros dois permaneciam esboçados. Ao longo da década de 1930, uma equipe chefiada por Mauss encarregou-se da conclusão dos volumes sobre os Celtas, ao passo que, em 1950, Olof Janse, antigo aluno de Hubert, ocupou-se do trabalho sobre os povos germânicos (HUBERT, 1952). É interessante reter tais informações não apenas porque elas dizem algo da gestão da obra do autor, mas também porque são testemunhos de que seus arquivos pessoais foram, muito antes de serem abertos ao público, utilizados por amigos e colaboradores. Esse trabalho deixou marcas e poderia, por si só, ser objeto de investigação. Poder-se-ia, nesse sentido, coligir as caligrafias estranhas encontradas em meio aos papéis com a letra de Hubert. Além disso, outro dado curioso, os manuscritos que deram origem a esses três livros não foram encontrados em lugar algum nos arquivos conhecidos, o que aponta mais uma vez para a fragmentação do conjunto.

Voltarei a falar mais adiante dos arquivos Hubert. Mas antes de passar para o segundo ponto, gostaria apenas de ilustrar mais uma vez a importância de se mapear a história de um arquivo a partir de um breve comentário sobre o caso de Joseph Déchelette. Esse arqueólogo francês, nascido em Roanne no ano de 1862 e morto no *front* da Primeira Guerra Mundial, em 1914, é talvez o último exemplo de um pesquisador, reconhecido dentro e fora da França, que se consagrou sem passar pela universidade em algum momento de sua carreira. Proveniente de uma abastada família católica de empresários do ramo têxtil, Déchelette conseguiu aos poucos se livrar das responsabilidades comerciais para se dedicar exclusivamente à arqueologia. Na França, quando ainda era um homem de negócios, entrou na *Diana*, uma sociedade regional, até hoje existente, voltada para a prática da arqueologia. Lá, além dos primeiros trabalhos de campo, conheceu sua esposa, Jane, filha de outro arqueólogo amador. Mais tarde, valendo-se dos recursos da família, Déchelette fundou um Museu de arqueologia

em sua cidade. Em 1904, publicou ainda seu primeiro livro de destaque, *Vases Céramiques Ornés de La Gaule Romaine*, aos quais se seguiram, em meio a uma série de importantes artigos, dois de seis volumes previstos do *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celtique et Galo-romaine* (1908 e 1911).

Esse indivíduo me interessa porque, em seus artigos, ele era um dos poucos arqueólogos do período a, ao lado de Salomon Reinach, dialogar com a antropologia e com a sociologia. Eu havia, nesse sentido, isolado uma série de referências em sua obra, com alusões diretas e frequentes, em especial, ao trabalho de Hubert. Eu tinha também ciência de que Hubert e Déchelette haviam participados juntos, em 1910, da comissão responsável por propor o projeto de lei sobre a propriedade estatal dos bens arqueológicos (HUREL, 2007, p. 179-242). O problema era que eu só dispunha de textos publicados e de documentos oficiais para mapear essa relação. Nos dossiês de correspondência do *Musée d'Archéologie Nationale* e nos arquivos Hubert não havia um só traço desse diálogo direto. Estaria eu, assim, sobrevalorizando a relação entre os dois?

A resposta a essa questão veio de forma indireta, a partir da exploração das correspondências de Salomon Reinach. O que me ajudou não foram exatamente as cartas de Déchelette a Reinach, pois estas também não constavam nos arquivos do último, mas sim as cartas de Jane, a esposa do arqueólogo. O fato é que Reinach discute com ela por carta sobre a gestão da obra do marido, em especial acerca da redação os volumes publicados postumamente de seu manual de arqueologia. Entre essa documentação, havia uma carta na qual Jane requisitava a correspondência do marido para integrá-la aos fundos do Museu de Roanne. Pensando que o destino das eventuais cartas de Hubert poderia ter sido o mesmo, entrei em contato com os funcionários do Museu, os quais me confirmaram a suspeita. Esses funcionários ainda me informaram que Jane, falecida apenas na década de 1960, despendeu boa parte de seu tempo reunindo a maior parte possível de correspondência passiva e ativa do marido, além de preservar sua biblioteca particular e local de trabalho de forma intacta, doando-os à prefeitura local.

Eis aí, portanto, exemplos de como os arquivos pessoais podem ser fragmentados e diminuídos, com o desaparecimento de documentos (arquivos Hubert), ou então centralizados e ampliados (arquivo Déchelette). Nos dois casos, a chave para compreender tais transformações está na própria história dos arquivos, o que significa dizer que está nas

histórias e nos anseios das pessoas por eles concernidas. Passo, uma vez discutido isso, ao ponto seguinte.

Segundo ponto: como os arquivos pessoais estão vinculados a instituições, é importante conhecer suas histórias e a lógica do sistema do qual elas fazem parte.

São poucas as famílias que têm condições de manter um arquivo pessoal em casa, e, dentre elas, ainda é mais difícil encontrar alguma que divulgue e facilite o acesso a ele. Com o tempo, o destino mais comum desses arquivos, quando eles não se perdem, é mesmo ser integrado a certas instituições. No caso específico dos arquivos interessantes para uma história social das ciências sociais, tais instituições podem ser museus, universidades, escolas, fundações e assim por diante. Diante desse desfecho previsível, é preciso atentar para o fato de que tais instituições jamais podem ser percebidas como estando isoladas umas das outras. Deve-se, sim, considerá-las em seu conjunto, ou seja, a partir de um sistema de relações de colaboração e/ou de concorrência. Isso interessa não apenas porque são elas que abrigam os arquivos e acolhem os pesquisadores neles interessados, mas sobretudo, para retomar o jargão weberiano, porque o carisma de um indivíduo dialoga ativa e continuamente com o das instituições. Há aí, de fato, todo um circuito de que cumpre considerar. É assim lícito questionar, por um lado, quais são os indivíduos que as instituições escolhem para sua autocelebração; e, por outro lado, em quais instituições os indivíduos se querem ver celebrados.

Em minha atividade recente de pesquisa, tais inquietações se fizeram presentes na forma de uma investigação contínua sobre a especificidade do sistema de ensino e de pesquisa francês. Quanto a isso, o trabalho em arquivo me ajudou a ir além do conhecimento, digamos, livresco, que eu havia acumulado antes, por intermédio do levantamento bibliográfico do início da pesquisa. O raciocínio aqui é simples: encontrando nos arquivos nexos entre pessoas e instituições que não se conhece ou conhece-se mal, o investigador se sente compelido a buscar subsídios para compreendê-los melhor. O arquivo proporciona assim o terreno de um verdadeiro trabalho de campo, no sentido etnográfico do termo.

Nessa direção, fui surpreendido ao descobrir e, mais, a compreender como o sistema francês é diferente do brasileiro. Não me refiro apenas ao fato de lá as universidades serem, ao menos nominalmente, mais antigas, nem tampouco à oposição capital-província, difícil de

ser traduzida em um contexto tropical marcado pela competição entre diferentes elites regionais. O que me chama a atenção na França é a quantidade de estruturas diferentes que coabitam e se influenciam reciprocamente. No Brasil, a diferença entre as instituições está ligada aos descompassos que aproximam e separam as diferentes regiões do país, o que fez, ao longo do século vinte, com que surgissem fundações, universidades e institutos municipais, estaduais, federais ou privados, sendo estes ainda confessionais ou laicos. Na França da Terceira República, por seu turno, operavam ao mesmo tempo e sobrepostos uns aos outros quatro universos diferentes: o das universidades, o das grandes escolas, o das escolas profissionalizantes para pesquisadores e o das academias.

Vejam, de modo esquemático, o que caracterizava cada um desses espaços. As universidades, por certo, formavam o núcleo duro desse sistema. A despeito de suas “origens” medievais, essas instituições passaram por significativas mudanças ao longo do tempo. No início do século XIX, ainda durante o Império Napoleônico, houve uma grande reformulação que definiu os contornos que elas possuem até os nossos dias. Além de passar para o controle do Estado, uma vez que antes pertenciam a corporações religiosas, as universidades passaram a ter mais duas faculdades ao lado das quatro existentes anteriormente. Assim, ao lado das Faculdades de Artes, Teologia, Direito e Medicina foram criadas as de Ciências e as de Letras. No caso específico dessas duas últimas, seus propósitos, até a década de 1870, resumiram-se à formação de professores para a atuação no ensino secundário, sendo pouco considerável o volume de pesquisas aí desenvolvido. A partir de 1880, no entanto, os governos sucessivos da Terceira República passaram a incorporar pouco a pouco o ideal da pesquisa para o mundo universitário, incentivando a proliferação de programas de pós-graduação e melhorando as condições de trabalho intelectuais (bibliotecas, bolsas, convênios). O interessante a ser notado é que as universidades eram o espaço por excelência da democratização do ensino francês. Era nelas que o Estado garantia ao cidadão que desejasse uma vaga, a qual poderia ser em uma instituição tão prestigiosa quanto permitissem suas notas no secundário.

As grandes escolas, por seu turno, são o contraponto elitista das universidades. Criadas também durante a Revolução, elas foram concebidas como instituições para formar as elites burocráticas e letradas do governo. Desde o início fora instituído, portanto, um rigoroso sistema de seleção, o qual acompanhava um tratamento diferenciado. Com efeito, os alunos das grandes escolas eram considerados funcionários do Estado, recebendo alojamento e

salário durante todo o período de sua formação. Em geral, eles dispunham dos melhores professores e de condições excepcionais de trabalho. No caso dos estudos humanísticos, a instituição mais importante, indispensável mesmo para a compreensão da vida intelectual francesa ao longo dos séculos XIX e XX, foi a *École Normale Supérieure*. Ao contrário das Faculdades de Letras, voltadas ao ensino secundário, a *École Normale* esteve mais próxima do magistério superior e da pesquisa, o que só se acentuou no final do século XIX.

E quanto às escolas voltadas à pesquisa? A França possuiu, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, instituições que não visavam formar professores, mas pesquisadores. O público dessas instituições era aquele que, saindo das universidades ou das grandes escolas, visava seguir o caminho de uma ciência específica. Instituições como o *Museum Nationale d'Histoire Naturelle* (1783), a *École Française d'Athènes* (1846), a *École Pratique des Hautes Études* (1868), a *École Française de Rome* (1871), entre tantas outras, tinham esse perfil. Tratava-se, na maior parte desses casos, de uma resposta direta à produção de conhecimento das universidades alemãs e inglesas. Elas foram assim peças-chave nas políticas educacionais da Terceira República.

Por fim, deparei-me ainda com a importância das academias que compõem, desde a revolução, o *Institut de France*, quais sejam, a *Académie Française*, a *Académie de Beaux-Arts*, a *Académie des Sciences*, a *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* e a *Académie des Sciences Morales et Politiques*. O fato é que, como as universidades francesas só passaram a se ocupar da pesquisa em fins do século XIX, as únicas instituições que estavam em condições de fazê-lo antes eram as sociedades locais e/ou nacionais. Dado o prestígio e o volume de atividade dessas associações, a Corte, durante o Antigo Regime, criou um sistema que visava reunir o melhor das associações locais em Paris. Nasceram assim as academias e, com elas, o primeiro sistema de mecenato estatal francês. Esse sistema persiste até hoje, ainda que, com o enfraquecimento relativo dessas instituições não universitárias, a esmagadora maioria dos quadros das academias seja recrutada nas universidades. Durante a Terceira República, porém, o equilíbrio era mais delicado e, dependendo da academia e do saber em questão, poderiam existir tensões entre os acadêmicos e os universitários, percebidos em geral como arrivistas.

Por certo, esse esquema que esbocei, o qual está longe de dar conta de todos os detalhes do sistema francês⁸, interessa por um motivo bastante simples: praticamente todas essas instituições têm fundos de arquivos pessoais. Ou seja, em termos práticos, conhecê-las significa ter em mãos o mapa do tesouro. Desse modo, se os indivíduos que interessam uma determinada pesquisa transitaram por esses espaços, há uma grande chance de se encontrar algo. No caso de Hubert, por exemplo, que foi aluno tanto da *École Normale Supérieure* quanto da *École Pratique des Hautes Études*, uma colega com quem trabalho conseguiu levantar nesses locais documentos interessantes (fotos de promoção, livros apanhados na biblioteca, frequência na participação das aulas, etc.). Tratam-se, é bem verdade, não de documentos pessoais, mas que possuem também um valor documental. Além do mais, por motivos nem sempre fáceis de compreender, um indivíduo ou seus herdeiros podem escolher uma ou outra das instituições nas quais ele circulou para receber seus papéis. O fundamental, em todo caso, é procurar entender as lógicas que vinculam essas instituições umas às outras, pois as políticas memoriais, de acumulação de acervo, estão necessariamente atreladas a essas lógicas.

Passo então ao terceiro e último ponto que gostaria de tratar aqui.

Terceiro ponto: uma das maneiras de controlar um arquivo pessoal é confrontá-lo com outros.

O que eu gostaria de propor aqui é simplesmente que o raciocínio relacional antes aplicado às instituições seja também lançado aos arquivos que elas abrigam, o que significa dizer que um arquivo não é plenamente compreensível sem ser confrontado com outros. Por certo, não quero afirmar com isso que um arquivo pessoal não apresente uma totalidade de sentido que possa ser reconstituída. O primeiro ponto do presente texto, no qual defendi a necessidade de controlar sua história, bem o prova. Ainda assim, é inegável que os arquivos apresentam tanto intersecções como zonas de choque, as quais cumpre problematizar.

Os exemplos de intersecções são muito mais fáceis de serem discutidos. Quando se trabalha com a correspondência de um indivíduo, é raro que um arquivo pessoal contenha tanto as cartas que ele recebeu quanto as que foram enviadas. Durante minhas pesquisas, a única vez que me deparei com tal situação foi no caso excepcional dos arquivos Déchelette.

⁸ Veja-se, a esse respeito, DURKHEIM, 1999 e RINGER, 1992.

Nos demais, quando muito, pude encontrar alguns borrões de cartas, em geral com uma caligrafia sofrível e sem data. Há, portanto, todo o interesse em visitar um leque, maior ou menor conforme o caso, de arquivos de correspondentes, vendo até que ponto é possível reconstituir da mais completa forma possível esses diálogos. Raciocínio semelhante se impõe ainda na reconstituição do conteúdo de um curso ofertado. Saber quem compunha o auditório de um indivíduo que nos interessa pode ajudar a completar e precisar suas notas de aula, enriquecendo o material de análise.

E quanto ao que chamei de “zonas de choque”? Ora, fiz antes alusão aos projetos memoriais em torno da criação e da manutenção de um arquivo pessoal. Muitas vezes, em virtude dos anseios seja do indivíduo que dá nome ao fundo documental seja de seus administradores e herdeiros, certos documentos simplesmente desaparecem ou então são mantidos em seções inacessíveis aos pesquisadores. Ao cientista social, esses silêncios falam tanto quanto os discursos preservados. Como indivíduos diferentes não possuem necessariamente os mesmos interesses, é possível que um arquivo pessoal possa, nesse sentido, complementar outro, propiciando um exercício de contramemória.

Confrontei-me com algo nessa direção em meus trabalhos com o caso Hubert. Há, em sua biografia, um dado curioso: em 1902, ele aceitou uma bolsa oferecida pela fundação Albert Kahn para dar a volta ao mundo, passando pouco mais de três meses na Ásia (Ceilão, Indochina, China e Japão) e na América do Norte. A decisão era curiosa, tendo em vista que Hubert estava em uma posição ainda delicada profissionalmente, não sendo ainda um conservador adjunto no *Musée des Antiquités Nationales* e tendo apenas ministrado um ano de cursos na *École Pratique des Hautes Études*. Além do mais, a despeito do contato com conservadores de museu e da participação de um congresso de orientalistas, ele não parece ter tirado grande proveito intelectual da viagem. Como então explicar sua decisão? Ora, foi apenas quando fui trabalhar com os arquivos pessoais de Salomon Reinach, que era seu patrão no museu, que pude compreender as circunstâncias da viagem: para Hubert, a decisão de deixar a França se impôs após a ruptura de um noivado que ele contraíra com a irmã de um amigo. Tratava-se, em suma, de uma desilusão amorosa! É muito provável que Hubert tenha discutido pessoalmente o tema com seus amigos íntimos, mas nada fora preservado nos papéis aos quais eu antes tivera acesso. Além disso, como já disse antes, as cartas endereçadas às mulheres foram consideradas pela família como assunto privado e não integram até hoje os

arquivos-Hubert disponíveis a consulta. Ou seja, confrontar esse e outros arquivos era a única possibilidade de saber da existência do episódio e de relacioná-lo a outros.

Considerações finais

Por tudo o que foi dito aqui, o trabalho com arquivos pessoais me parece particularmente arduo. Volto a insistir que o problema me parece estar nas múltiplas demandas memoriais das quais, muito naturalmente, esses arquivos são a expressão. Existem as demandas de quem acumula o material, de quem o herda, de quem o gere, e também, por certo, de quem o utiliza para fins de pesquisa. Quando, no início da minha fala, comentei sobre a necessidade de atentar para os processos de rotinização de carisma, eu me referia justamente ao esforço de explicitação dessas demandas e na compreensão de seus efeitos em uma série documental específica. Talvez esse seja um caminho possível para que o pesquisador possa, ao invés de produzir ou reproduzir uma memória, esclarecer algo acerca dos mecanismos de produção dessa memória.

Referências

- BENTHIEN, Rafael Faraco. Lettres d'Émile Durkheim à Salomon Reinach. **Durkheimian Studies**. Nova York: Berghahn Books, vol. 16, 2010, p. 19-35.
- _____. **Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas**. Tese de doutorado, História Social, Universidade de São Paulo, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **L'Évolution pédagogique en France**. Paris: PUF, 1992.
- HUBERT, Henri. **Les Germaines**. Paris: Albin Michel, 1952.
- _____. Texte autobiographique rédigé le 10 mars 1915. **Revue Française de Sociologie**, tomo 20, 1979, p. 205-207.
- _____. **Les Celtes**. Paris: Albin Michel, 2001.
- HUREL, Arnaud. **La France préhistorienne**, de la Révolution à 1941. Paris: CNRS Éditions, 2007.
- RINGER, Fritz. **Fields of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- WEISS, Raquel ; BENTHIEN, Rafael. Correspondência: de Émile Durkheim a Salomon Reinach. **Novos Estudos – CEBRAP**, no. 94, nov. 2012, p.151-160.

Recebido em: 01 de fevereiro 2014

Aprovado em: 21 de maio de 2014